



GT 14. Antropologia dos Povos Tradicionais Costeiros: Práticas Sociais, Territórios e Conflitos

Coordenador(es):

José Colaço Dias Neto (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Francisca de Souza Miller (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sessão 1 - Gênero, Comunidades e Conflitos

Debatedor/a: Luceni Hellebrandt (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Conflitos, Processos e Resistências

Debatedor/a: Edna Ferreira Alencar (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Grupos sociais que vivem do extrativismo e da agricultura, entre outras activities – tais como pescadores artesanais e ribeirinhos em geral – foram ou são habitantes de regiões costeiras e historicamente têm sido impactados por diversos fenômenos. A expansão metropolitana, os desastres ambientais de grandes proporções, o turismo em pequena e larga escala, as formas de controle oficial em áreas de interesse ecológico, são alguns processos que vem reconfigurando o uso e a ocupação de territórios costeiros e ribeirinhos no Brasil. Este Grupo de Trabalho pretende reunir pesquisas empíricas em andamento e tem como um de seus objetivos o cruzamento de diversos olhares sobre estes fenômenos, em especial àqueles de caráter etnográfico, que evidenciem conflitos e tensões entre as populações “tradicionais” e os vários modelos de uso e ocupação destes territórios costeiros e ribeirinhos. Reflexões sobre o manejo de ecossistemas, as formas de organização política destas populações, suas estruturas econômicas, bem como os conflitos suscitados por diferentes processos e agentes sociais – sobretudo agências estatais, organizações não governamentais e empresas – são alguns dos aspectos que serão discutidos nesta activity.

O processo de constituição da Identidade das pescadoras inseridas na Articulação Nacional Pescadoras: algumas reflexões.

Autoria: Sandra Pereira Palheta (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ), Profa Dra. Edna Ferreira Alencar/UFPA

Este work pretende realizar uma breve reflexão sobre a organização social e política de pescadoras artesanais no Brasil. Também é parte da pesquisa de doutorado que estou desenvolvendo que tem como objetivo compreender quais processos colaboram para as mulheres pescadoras se organizarem em torno de um movimento social a nível nacional, destacando-se o fenômeno da organização das pescadoras na atividade pesqueira a partir do surgimento do movimento social que ficou conhecido como Articulação Nacional de Pescadoras_ ANP e como este processo está relacionado com o fortalecimento da busca pelos direitos e afirmação identitária destas trabalhadoras. A metodologia adotada nesta pesquisa consiste em várias etapas e estratégias de coleta de informações e análise de dados, que estão sendo adotadas e avaliadas de acordo com o desenvolvimento da pesquisa, dentre elas destaca-se: a revisão bibliográfica realizada no decorrer deste estudo, a coleta de dados primários com a realização de pesquisa campo, coleta de dados secundários através de consultas realizada em sites, blogs e documentos produzidos pelo movimento e instituições parceiras. Realização de entrevistas quanti-qualitativas com aplicação de questionários, entrevistas, conversas informais, conversas através das redes sociais e aplicativos, registros fotográficos. Para tanto utilizarei como aporte teórico a literatura sobre organização social de pescadores e pescadoras no Brasil, bem como sobre o conceito de movimentos sociais elaborado por Gloria Goghn (2006);



de Identidade de Stuart Hall (1998) e de Manuel Castells (1997) buscando evidenciar como esses sujeitos estão se construindo neste processo, tomando como base de análise o processo de surgimento da ANP, com dados coletados na página do Blog da ANP e ainda de entrevistas realizadas com lideranças da pesca artesanal no cenário nacional.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: